

# Índice

## *I. Tabela de Notas*

<b>Testamento Público Aspectos Teóricos e Práticos</b>	<b>43</b>
1. Introdução	44
2. Testamento – Noções Gerais	45
3. Testamento Vital	51
4. Testamento Público	54
5. Conclusão	63
6. Bibliografia	64
<b>O Reconhecimento da Paternidade Socioafetiva por Escritura Pública</b>	<b>67</b>
<b>Poliafetividade e Poliamor Novas Formações Afetivas e a Família Pós-Moderna</b>	<b>85</b>
1. Introdução	87
2. Família: O Que Foi. O Que É. O Que Será	88
2.1. Da Família Patriarcal à Família Afetiva	88
2.2. Constitucionalização do Direito de Família e a Principiologia da Liberdade e do Afeto	91
2.3. Intervenção Mínima do Estado nas Relações Familiares	93
3. União Estável e Suas Formações	96
3.1. União Estável é Gênero Constituído de Múltiplas Espécies	98
3.2. Família Poliafetiva: O Nome e a Coisa	101
3.3. POLIAMOR versus POLIAFETO	104

Índice	27
--------	----

---

3.3.1. Relação de poliamor: _____	105
3.3.2. Relação poliafetiva: _____	106
3.4. Eudemonismo e o Princípio da Felicidade na Formação das Famílias _____	106
<b>4. Escritura Pública de União Estável Poliafetiva: Terminologia _____</b>	<b>109</b>
4.1. Conversão em Casamento e Dissolução de Uniãos Estáveis Poliafetivas _____	113
<b>5. Conclusão _____</b>	<b>115</b>
<b>6. Bibliografia _____</b>	<b>117</b>

## **Escrituras Públicas de Transmissão de Imóveis \_\_\_\_\_ 127**

### **1. Disposições comuns a todas as escrituras públicas de transmissão de imóveis: \_\_\_\_\_ 128**

1.1. Requisitos gerais: _____	129
1.1.1. Dia, mês, ano e local em que a escritura foi lavrada, lida e assinada: _____	129
1.2. Qualificação das partes: _____	130

### **2. Qualificação notarial da natureza do negócio jurídico pretendido: \_\_\_\_\_ 132**

2.1. Transmissões de imóveis a título oneroso: _____	133
2.1.1. Compra e venda: _____	134
2.1.1.1. Direitos de preferência: _____	135
2.1.2. Troca ou permuta: _____	136
2.1.3. Dação em pagamento: _____	137
2.1.4. Transferência de imóvel a sociedade, para integralização de cota social: _____	137
2.2. Divisão de imóveis particulares: _____	140
2.3. Desapropriação amigável: _____	141
2.4. Transmissões a título gratuito: _____	142

### **3. Transmissão de imóveis rurais: \_\_\_\_\_ 143**

---

3.1. Compra e venda de fração ideal de imóvel rural: _____	144
3.2. Aquisição de imóvel rural por estrangeiro: _____	145
4. Bibliografia _____	147
<b>A Pedra Angular da Atividade Notarial e Registral _____</b>	<b>151</b>
1. A independência profissional de notários e registradores _____	154
2. A fé-pública como instrumento da independência profissional _____	156
3. A qualificação notarial e registral _____	159
4. O juízo prudencial _____	162
5. Semelhanças e diferenças da atividade dos magistrados e a dos notários e registradores _____	163
6. Os riscos da ausência de liberdade na atuação do profissional de notas e registros _____	166
7. Os limites e as limitações ao exercício da independência profissional _____	167
8. Bibliografia _____	177

## *II. Tabela de Protestos*

<b>Recentes alterações normativas do protesto notarial: apresentação e qualificação _____</b>	<b>183</b>
1. Considerações iniciais _____	184
2. Apresentação a protesto e qualificação notarial _____	187
3. Bibliografia _____	198

---

**Recentes alterações normativas do protesto notarial: procedimento da apresentação ao protesto** \_\_\_\_\_ **201**

1. Apresentação	203
1.1. Local da apresentação	206
2. Distribuição	208
3. Protocolização	209
4. Prazo	210
5. Qualificação	211
6. Intimação	211
7. Desistência	217
8. Sustação Judicial	218
9. Pagamento	221
10. Protesto	223
11. Bibliografia	227
12. Procedimento Esquematizado	229

**Recentes alterações normativas do protesto notarial: averbações e publicidade** \_\_\_\_\_ **231**

1. Averbações de retificação.	232
1.1. Retificações de erros materiais.	232
1.2. Retificações de erros substanciais.	233
2. Cancelamento de protesto.	234
2.1. Requerimento de cancelamento	235
2.2. Motivos do cancelamento.	235

2.2.1. Cancelamento fundado no pagamento _____	235
2.2.1.1. Desnecessidade da apresentação dos atos constitutivos: _____	238
2.2.2. Cancelamento com fundamento no artigo 890, §2º, do Código de Processo Civil: _____	238
2.2.3. Cancelamento judicial: _____	239
2.2.3.1. Fungibilidade das medidas _____	240
2.2.4. Cancelamento para fins de renovação do ato notarial: _____	240
2.3. Cancelamento em protesto eletrônico: _____	241
<b>3. Das Informações e Certidões. _____</b>	<b>241</b>
3.1. Informações e Certidões do livro protocolo _____	241
3.2. Certidões e informações de protesto _____	242
3.3. Certidões de protesto cancelado ou com suspensão de efeitos averbada _____	243
3.4. Certidões em forma de relação _____	244
<b>4. Relevância econômica das informações do protesto. _____</b>	<b>244</b>
<b>5. Bibliografia _____</b>	<b>245</b>

## *III. Registro de Imóveis*

<b>A Titulação dos Ocupantes na Regularização Fundiária _____</b>	<b>251</b>
1. Introdução _____	252
2. Mecanismos de Regularização Fundiária _____	255
3. Regularização Fundiária – O novo sistema criado pela Lei nº 11.977/2009 _____	256
4. A Titulação dos Ocupantes na Lei nº 11.977/2009 _____	260

Índice	31
5. Conclusão	278
6. Bibliografia	280
<b>Bens públicos e o Registro de Imóveis</b>	<b>285</b>
1. Introdução.	286
2. Notícia Histórica dos Bens Públicos no Direito Brasileiro.	287
3. Conceito de bens públicos.	288
4. Classificação dos bens públicos.	290
4.1. Quanto a titularidade	290
4.1.1. Bem Federal. O artigo 20 da CF elencará exemplificativamente quais são os bens pertencentes à União, in verbis:	290
4.1.2. Bem Estadual. O artigo 26 da Constituição Federal, igualmente traz um rol exemplificativo.	291
4.1.3. Bem Distrital. O artigo 26 da constituição igualmente traz um rol exemplificativo.	291
4.1.4. Bem Municipal. Não há uma lista de bens municipais.	291
4.2. Quanto à destinação.	291
4.2.1. Bens de uso comum do povo.	292
4.2.2. Bens de uso especial.	293
4.2.3. Bens dominicais.	293
5. Regime jurídico.	295
5.1. Inalienabilidade.	295
5.1.1. Afetação e Desafetação.	296
5.1.2. Requisitos para a alienação.	297
5.1.3. Não onerabilidade.	298
5.2. Imprescritibilidade.	298

---

5.3. Impenhorabilidade. _____	299
6. Aquisição dos bens imóveis pelo Estado. _____	300
7. Os bens públicos junto ao Registro de Imóveis. _____	302
7.1. Registro dos bens públicos de uso comum do povo. _____	303
7.2. Registro dos bens públicos de uso especial. _____	305
7.3. Registro dos bens públicos dominicais. _____	306
8. Publicizando a aquisição imobiliária pelo Poder Público. _____	308
9. Conclusões _____	310
10. Bibliografia. _____	312

**Reserva Legal e Cadastro Ambiental Rural: Repercussões Perante o Registro Imobiliário \_\_\_\_\_ 315**

1. Introdução _____	316
2. A Reserva Legal, seu regime de utilização e o Cadastro Ambiental Rural	316
3. A averbação da Reserva Legal e seus efeitos _____	320
4. A averbação da inscrição no CAR e seus efeitos _____	323
5. Aspectos práticos dos procedimentos de averbação _____	325
6. Conclusões _____	327
7. Bibliografia _____	328

## *IV. Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Registro de Títulos e Documentos*

---

**Breves Considerações Acerca das Mais Recentes Alterações nas Normas de Serviço da Egrégia Corregedor \_\_\_\_\_ 333****1. Introdução \_\_\_\_\_ 334****2. Das alterações ocorridas no Registro Civil de Pessoas Jurídicas (Cap. XVIII) \_\_\_\_\_ 335****2.1. Das alterações relativas à escrituração \_\_\_\_\_ 335**

2.1.1. Das alterações relativas às sociedades \_\_\_\_\_ 336

2.1.2. Das alterações relativas às associações e fundações \_\_\_\_\_ 336

2.1.3. Das alterações relativas às cooperativas \_\_\_\_\_ 336

2.1.4. Da inserção das empresas individuais de responsabilidade limitada \_\_\_\_\_ 337

2.1.5. Do registro das sociedades simples e suas exceções \_\_\_\_\_ 338

2.1.6. Da possibilidade de registro de revistas \_\_\_\_\_ 338

2.1.7. Do fornecimento de certidão de atos arquivados \_\_\_\_\_ 338

2.1.8. Do registro e autenticação de livros de pessoas jurídicas \_\_\_\_\_ 339

2.1.9. Do visto do advogado \_\_\_\_\_ 339

2.1.10. Dos requisitos para o registro de fundações \_\_\_\_\_ 340

2.1.11. Do nome/denominação da pessoa jurídica \_\_\_\_\_ 340

**2.2. Das alterações relativas à Pessoa Jurídica \_\_\_\_\_ 341**

2.2.1. Da apresentação dos atos para registro \_\_\_\_\_ 341

2.2.2. Das averbações \_\_\_\_\_ 342

2.2.3. Do registro dos atos constitutivos e suas alterações nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões \_\_\_\_\_ 343

2.2.4. Da transferência de sede da pessoa jurídica \_\_\_\_\_ 344

2.2.5. Das publicações da imprensa \_\_\_\_\_ 344

2.2.6. Do Registro de Jornais; Oficinas impressoras; Empresas de Radiodifusão e Agências de Notícias \_\_\_\_\_ 344

3. Das alterações ocorridas no Registro de Títulos e Documentos (Cap. XIX)	345
3.1. Da definição e dos princípios da atividade	345
3.2. Das alterações de atribuições do RTD	345
3.2.1. Da competência supletiva e do registro para conservação	345
3.2.2. Da supressão de competência para o registro de penhor de animais	348
3.2.3. Da alienação fiduciária de bens móveis	348
3.2.4. Da forma de apresentação, do prazo e da necessidade (ou não) de reconhecimento de firma do documento para registro	348
3.2.5. Da distribuição de títulos e documentos	349
3.3. Da escrituração no RTD	350
3.3.1. Do Indicador Real	350
3.4. Do registro de documentos que envolvam fundações	350
3.5. Das Notificações Extrajudiciais	351
3.6. Dos Documentos de Procedência Estrangeira	353
4. Da Conclusão	354

## V. Registro Civil das Pessoas Naturais

<b>A União Estável e o Registro Civil das Pessoas Naturais</b>	<b>359</b>
1. Introdução	360
2. União Estável	361
2.1. Conceito	361
2.2. Natureza Jurídica	362

Índice	35
2.3. Elementos Caracterizadores	363
<b>3. Efeitos da União Estável</b>	<b>364</b>
3.1. Efeitos Pessoais	364
3.2. Efeitos Patrimoniais	366
<b>4. A União Estável e os Registros Públicos</b>	<b>373</b>
4.1. Registro da União Estável no Registro Civil das Pessoas Naturais	375
4.1.1. O Registro da União Estável no Livro "E"	375
<b>5. Conclusão</b>	<b>378</b>
<b>6. Referências</b>	<b>379</b>
<b>A Filiação Matrimonial e Suas Presunções</b>	<b>383</b>
1. Introdução	384
2. Nascimento: conceitos introdutórios	384
3. Filiação e o Direito de Família: Evolução histórica	386
4. O Direito à Filiação como Conteúdo do Princípio do Melhor interesse da criança.	390
5. Conceito, Origem e Classificação da Filiação	393
6. Filiação Matrimonial e suas Presunções	396
6.1. O Sistema das Presunções no Brasil	398
6.2. As Presunções do art. 1.597 do Código Civil são absolutas ou relativas?	402
7. O Sistema das Presunções e o Registro de Nascimento	403
8. Considerações Finais	407
9. Referências Bibliográficas	408

<b>Registro Civil das Pessoas Naturais e a Publicidade do Estado da Pessoa Natural</b>	<b>413</b>
1. O Registro Civil das Pessoas Naturais	414
1.1. Atos do Registro Civil das Pessoas Naturais.	414
2. Estado da Pessoa Natural	418
2.1. Publicidade do Estado da Pessoa Natural	419
2.1.1. Estado Político	421
2.1.2. Estado Individual	425
2.1.3. Estado Familiar	429
3. Considerações Finais:	431
4. Bibliografia	433

## *VI. A Visão do Direito Notarial e Registral por Outros Profissionais do Direito*

<b>Breves linhas sobre a tributação no direito sucessório</b>	<b>439</b>
1. Introdução.	440
2. O imposto causa mortis.	441
2.1. Competência e limites constitucionais.	441
2.2. O imposto de transmissão na Lei Complementar.	442
2.3. Normas Gerais previstas no CTN.	444
3. Progressividade.	447
4. Casuística.	448

5. A incidência de outros tributos no âmbito de uma sucessão. _____	448
6. Declaração de Imposto de Renda final de Espólio e apuração de ganho de capital. _____	450
7. Conclusões. _____	453
8. Referências bibliográficas. _____	454

**Discriminação em razão de deficiência (art. 88 da Lei 13.146/15) \_\_\_\_ 457**

1. Introdução _____	458
2. Tipificação da discriminação em razão de deficiência (art. 88 da Lei 13.146/15): diferenças em relação aos crimes de preconceito e discriminação da Lei 7.716/89 _____	459
3. Problemática _____	461
4. Compatibilidade vertical do tipo penal de discriminação em razão de deficiência com o princípio da legalidade _____	463
5. Princípio da lesividade como excludente da tipicidade material _____	465
6. Considerações finais _____	472
7. Referências _____	473

**Usucapião extrajudicial \_\_\_\_\_ 477**

1. Introdução _____	478
2. A relação entre Posse e Propriedade na Gênese do Registro Imobiliário. _____	479
2.1. Posse e Propriedade. _____	479
2.1.1. Visão Geral. _____	479
2.1.1.1. A propriedade como direito subjetivo. _____	479

---

2.1.1.2. Aquisição da propriedade imóvel	481
2.1.1.3. A posse como aparência de propriedade	482
2.1.2. Princípios constitucionais que regem a relação proprietária	484
2.1.2.1. Dignidade da pessoa humana	484
2.1.2.2. Funcionalização da propriedade	484
2.2. O Registro imobiliário no Brasil	486
2.2.1. Raízes do Registro de Imóveis brasileiro	486
2.2.2. Registro do vigário	487
<b>3. A Usucapião</b>	<b>489</b>
3.1. Introdução	489
3.2. Conceito	489
3.3. Usucapião: um instituto adaptável	490
3.3.1. O direito romano e a usucapião como mecanismo sancionatório	490
3.3.2. A usucapião como instituto multifacetário: suas diversas espécies no ordenamento pátrio	490
3.3.3. O Programa Minha Casa minha Vida e a usucapião como política fundiária.	493
<b>4. Usucapião Administrativa no novo CPC</b>	<b>494</b>
4.1. Ontologia do NCCPC	494
4.1.1. Valorização da celeridade e eficiência	494
4.1.2. Desjudicialização	494
<b>5. Procedimento de Usucapião administrativa</b>	<b>495</b>
5.1. Mudanças frente ao CPC/73.	495
5.2. A Sistemática Processual	496
5.3. Visão geral do procedimento	497
5.3.1. Introdução	497

---

5.3.2. Partes _____	497
5.3.3. Requisitos _____	499
5.3.3.1. Ofício competente. _____	499
5.3.3.2. Pedido _____	499
5.3.3.3. Ata notarial _____	499
5.3.3.4. Planta e memorial descritivo _____	500
5.3.3.5. Certidões negativas _____	500
5.3.3.6. Justo título _____	502
5.3.4. Procedimento _____	503
5.3.4.1. Prenotação _____	503
5.3.4.2. Qualificação registral _____	503
5.3.4.2.1. Qualificação registral preliminar _____	503
5.3.4.2.2. Qualificação registral definitiva _____	505
5.3.4.3. Registro _____	506
6. Conclusão _____	507
7. Bibliografia _____	507

